

Crise financeira ou do sistema? Karl Marx e John Maynard Keynes mandam lembranças

Henrique Rattner

O pânico que tomou conta do mercado financeiro norte-americano contagiou em todos os países do mundo, causando angústia e desespero a centenas de milhões de pessoas que observam atônitos o derretimento de suas economias e, nos Estados Unidos, a perda de seus lares.

O sistema financeiro mundial está destroçado e leva a economia “real”, produtiva, a uma depressão comparável apenas à da década dos anos vinte. Dos Estados Unidos, a crise atravessou o Atlântico, atingindo os países da União Européia, a Rússia e prossegue em sua onda avassaladora até a Índia e os países do Extremo Oriente. Assusta não somente a extensão geográfica do desastre, mas sobretudo seus profundos impactos no sistema econômico. Devido a suas raízes nos mercados financeiros, a crise penetra e perverte os negócios, as empresas e o precário equilíbrio entre a oferta e demanda de bens e serviços.

A perda de liquidez de vários bancos americanos, da maior seguradora do mundo e de duas grandes empresas imobiliárias – Fany May e Freddy Mac – obrigou o Tesouro norte americano a tentar estancar a crise do sistema, injetando um “pacote” de 700 bilhões de dólares para acalmar a população e restaurar a credibilidade dos bancos. Ademais, o Banco Central e os governos dos países europeus baixaram as taxas de juros e abriram seus cofres para socorrer as instituições financeiras falidas. Em vão, pois a crise continua a se alastrar como um “Tsunami”, deixando em seu rastro os destroços do até então orgulhoso “livre mercado”, de joelhos, implorando pela ajuda do Estado. Caiu por terra a doutrina do neoliberalismo e os arautos do “Fim da História” logo após o desmoronamento da ex-União Soviética, emudeceram, perplexos e confusos diante da extensão dos estragos.

A falta de crédito impacta as atividades produtivas, causando desemprego e queda de consumo, o que, num círculo vicioso retroalimentador, diminui ainda mais as atividades produtivas, apesar da queda vertiginosa dos preços de petróleo e das “commodities”.

Inevitavelmente e apesar das declarações patéticas do presidente e do ministro da Fazenda do Brasil sobre a imunidade do país frente à tormenta que assola o mundo, a crise afeta os planos de crescimento do Brasil, que venderá menos a seus parceiros comerciais e receberá menos pelos produtos exportados, já que o real perde valor em relação ao dólar, afetando a balança comercial e, em seguida, o balanço de pagamentos, o que reduzirá rapidamente as reservas em moeda forte do país. Acrescentando a diminuição drástica do crédito às empresas, o nível de atividades econômicas tende a cair e assim, também, o nível de emprego e de renda dos trabalhadores.

O “Keynesianismo” tardio, ou seja, a expectativa generalizada para que o Estado venha a socorrer o sistema financeiro em frangalhos, embora possa resultar em um alívio passageiro dos efeitos da crise, não parece mais em condições de assumir esse papel de “deus ex machina”, de salvador, como foi o “New Deal” de Roosevelt, nos anos trinta do século passado.

Após trezentos anos, durante os quais o Estado decidia, regulava, mandava e desmandava nos destinos dos povos, ele perdeu sua força frente ao capital transnacional, concentrado nas mãos de algumas centenas de conglomerados industriais e financeiros que manipulam os mercados, especulam e realizam suas operações via redes eletrônicas e satélites, muito mais ágeis e eficientes do que a lenta burocracia das administrações públicas. A doutrina neoliberal exigiu o “encolhimento” do Estado, a privatização de suas empresas e a liberdade ilimitada para a iniciativa privada, incluindo a especulação com o câmbio e os “novos produtos”, os derivativos e fundos de investimento, que não tinham lastro real para cobrir a expansão vertiginosa do sistema financeiro.

O resultado dessa “liberdade” que permitiu aos executivos das instituições financeiras falidas o recebimento de prêmios no valor de centenas de milhões de dólares pela eficiência com que souberam burlar a confiança da população e apropriar-se de verdadeiras fortunas bancadas, em última análise, pelo contribuinte, está a exigir um procedimento jurídico que sancione adequadamente esses atos de delinquência.

Enganam-se aqueles que procuram minimizar os efeitos da crise financeira que varre o mundo. A tão aclamada globalização da economia, tem derrubado as fronteiras geográficas e políticas para que o capital possa realizar suas operações financeiras em escala global por meio de tecnologias modernas, multiplicando seus lucros de forma inédita na História. O total do PMB – produto mundial bruto é estimado em 45 trilhões de US\$. Mas, a ciranda financeira, alavancada pela especulação, por derivativos e outros produtos de criar “passivos” financeiros atualmente circulando pelos mercados, ultrapassa 450 trilhões de US dólares. Bastava o estouro da “bolha” do mercado imobiliário norte americano para detonar uma reação em cadeia de quebras, falências e inadimplências que arrastaram em seu séquito todo o sistema financeiro no mundo.

É ilusória a hipótese de que os estragos ficarão restritos somente ao sistema bancário. Inevitavelmente, a economia real, a produção e o emprego, o comércio exterior e as taxas cambiais já estão sendo atingidos pela avalanche que pôs fim a uma era delirante de desenvolvimento e “progresso” ilimitados.

A crise revela a face cruel do sistema que causa a perda de empregos, casas, poupanças e esperanças de um futuro melhor para a maioria da humanidade. Enquanto a onda de especulação contribui para concentrar ainda mais riquezas nas mãos de uma minoria ínfima, a metade da população mundial vive na pobreza e um quinto subsiste com menos de 1 US\$ por dia. As organizações internacionais – FMI, B.M., BIRD, OMC se revelam inoperantes e impotentes para estancar as perdas de centenas de bilhões de US\$ das diferentes economias nacionais. Os governos não se atrevem a apontar os responsáveis pela calamidade e, permanecendo passivos, perdem a credibilidade perante suas populações. Em vão, os chefes de Estado lançam apelos à união e adoção de medidas de socorro ao sistema financeiro, pelo menos nos espaços integrados como a União Européia, a NAFTA, o Mercosul e outros – a crise é sistêmica e afeta a todos com impacto redobrado. Nem o dólar, nem o euro, nem o yen e as demais moedas das economias consideradas mais fortes têm dado sinais de maior solidez. Bancos e instituições financeiras faliram e foram adquiridos pelo Estado, para evitar uma corrida generalizada da população para retirar suas poupanças, pelos governos da Grã Bretanha e dos Estados Unidos, pondo fim ao mito de “livre empresa”, do empresário inovador e da superioridade dos mercados, premidos pela necessidade de intervenção salvadora do Estado, com profundas implicações para as estruturas políticas e sociais nos anos vindouros.

A problemática, contudo, transcende as dimensões econômicas e financeiras e coloca a questão fundamental sobre a natureza da sociedade e os padrões éticos que devem reger o convívio social.

O fracasso do socialismo “real”, que foi a primeira experiência histórica de construir um sistema político e econômico alternativo ao capitalismo selvagem, não redime este de suas mazelas, ou seja, a desigualdade gritante e a miséria de centenas de milhões de pessoas, exploradas e alienadas, vítimas de crises econômicas recorrentes e das duas hecatombes das guerras mundiais, no século passado.

Por outro lado, o socialismo democrático não pode ser a obra de uma minoria – o partido “revolucionário” que se transforma em oligarquia autoritária, excluindo as massas da participação nas decisões que afetem seu destino. As lições extraídas da experiência fracassada da ex-URSS, de seus países satélites e das tentativas tardias de repetir o exemplo nos países do Extremo Oriente – Coreia do Norte, Camboja, Vietnã, e mesmo a China, ensinam que um regime socialista não pode ser construído com base na pobreza e escassez generalizada de bens e serviços, cuja distribuição exigirá a formação de filas, as quais, para manter a ordem e os privilégios dos governantes, apelarão ao aparelho de segurança do Estado e de suas burocracias, opressores e autoritários.

A inadequação da democracia formal e representativa, incapaz de atender aos anseios e expectativas da população, sobretudo da massa de carentes e marginalizados, leva à formulação de propostas e experiências de organização da produção e distribuição de bens e serviços mais compatíveis com a integração social e participação comunitária, no exercício pleno da cidadania.

Foi a partir da organização crescente da sociedade civil que o Fórum Social Mundial lançou o desafio que reverberou por todos os continentes – “Um outro mundo é possível”.

Em lugar do Estado, ou melhor, dentro do Estado, surge um poder alternativo – as milhões de organizações não governamentais, por enquanto difusas, atomizadas e não conectadas que representam um novo ator social, a sociedade civil que, desde o fim do século XX, começou a despontar no cenário histórico como poder alternativo. Seus membros recusam o papel de meros objetos passivos do aparelho burocrático e autoritário, controlado pelas elites econômicas e políticas. Aspiram a participar nas decisões em um regime democrático, hoje dominado, usurpado em mãos de oligarquias incrustadas no aparelho do Estado. A proposta alternativa almeja uma democracia participativa, um regime de “accountability”, de responsabilização daqueles que detém um mandato público e que pode ser revogado quando os representantes eleitos se mostram indignos do mandato popular.

Os padrões políticos e culturais impostos e disseminados pelas elites dominantes, tanto no regime neoliberal quanto no socialismo “real”, recusam os direitos de cidadania efetiva aos pobres e discriminam os subalternos, aos quais é vedado o acesso à representação pública.

Para superar o impasse em que se encontra a sociedade neste limiar de século, postulamos a primazia da cooperação em lugar da competição como valor fundamental do convívio social. Na construção de uma nova ordem social mundial, caberá ao Estado a função de orientar e coordenar as atividades econômicas, enquanto a população procurará conquistar sua autonomia e emancipação, até chegar à autogestão, com o pleno desenvolvimento de suas potencialidades criativas.